



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 7º. Compete ao Prefeito Municipal:

I – Promover a admissão dos empregados públicos, através de portarias, respeitadas a prescrições legais, inclusive os empregos de comissão ou de confiança.

II. – Proceder por portaria: a reclassificação, promoção, transferência ou demissão dos empregados públicos.

III. – Na demissão dos empregados públicos, obedecer rigorosamente à escala de classificação dos exames seletivos sob pena de nulidade do ato.

VI – A portaria de admissão deverá conter: a) denominação do emprego público; b) valor da remuneração; c) nome e qualificação do empregado público.

DOS VENCIMENTOS

Artigo 8º. As remunerações dos empregos públicas são os previstos na tabela de remuneração, que faz parte da presente lei.

Artigo 9º. – As remunerações dos empregos públicas em comissão ou de confiança são os constantes da tabela de remuneração, que ficam fazendo parte da presente lei.

Parágrafo Único – O empregado público municipal nomeado para o emprego de comissão poderá optar:

I – Pelo salário do emprego em comissão;

II. – Pelo salário de seu emprego público;

Artigo 10º - Após a aprovação e promulgação desta Lei os funcionários ou empregados públicos da União, Estados ou Municípios, colocados à disposição desta Prefeitura, serão designados para a função compatível, sem direito a gratificação ou adicional:

DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS

Artigo 11º. - Para os efeitos desta lei, ficam criados os seguintes serviços subordinados diretamente ao Prefeito Municipal:

I – Gabinete do prefeito

II – Serviço de administração

III – Serviços de finanças

IV – Serviço de educação desporto e cultura

V – Serviço de meio ambiente e turismo

VI – Serviço de saúde

VII – Serviço de transportes

VIII – Serviços municipais

IX – Serviço da agricultura e pecuária

Artigo 12º. – As atividades da administração municipal, e especialmente a execução de planos de programas de governo serão objetos de permanente coordenação pelo prefeito municipal.

Artigo 13º. – A Prefeitura recorrerá, para execução de obras e serviços sempre que necessários e aconselhável, mediante contrato, concessão, permissão ou convênio, a pessoas ou entidades do setor privado de forma a alcançar melhor rendimento evitando assim, novos encargos permanentes.

Artigo 14º. - Os empregados públicos municipais deverão ser permanentemente atualizados, visando a modernização e racionalização das metas de trabalho, com o objetivo de proporcionar melhor atendimento ao público, através de rápidas decisões, sempre que possível com execução imediata.

Artigo 15º. – Para execução de seus programas a Prefeitura Municipal poderá utilizar recursos colocados a sua disposição por entidades públicas e privados, nacionais ou

5